



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

BEATRICE BORGES NOJOSA

**COMIGO, CONTIGO, COM TODAS: LIVRO SOBRE A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA
EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

FORTALEZA
2018.2

BEATRICE BORGES NOJOSA

**COMIGO, CONTIGO, COM TODAS: LIVRO SOBRE A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA
EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social -Publicidade e Propaganda do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda.

Orientador: Profa. Dra. Inês Vitorino Sampaio

Co-Orientador: Prof. Dr. Gustavo Luiz de Abreu Pinheiro

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Central

Borges-Nojosa, Beatrice

Culpabilização da Vítima em Casos de Violência contra a Mulher: Livro - Comigo, Contigo, Com Todas. / Beatrice Borges Nojosa. – 2018.

32 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Artes, Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Inês Vitorino Sampaio e Co-Orientação: Prof. Dr. Gustavo Luiz de Abreu Pinheiro

1. Livro; 2. Ilustração; 3. infantojuvenil; 4. Culpabilização; 5. Violência.

BEATRICE BORGES NOJOSA

**COMIGO, CONTIGO, COM TODAS: LIVRO SOBRE A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA
EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social -Publicidade e Propaganda do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Inês Vitorino Sampaio (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gustavo Luiz de Abreu Pinheiro (Co-Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Glícia Maria Pontes Bezerra
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Aléxia Carvalho Brasil
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as mulheres que, dentro de uma situação de sofrimento e violência, conseguiram criar forças para denunciar, tornar público ou simplesmente falar sobre aquilo que viveram. Esse trabalho representa o apoio que podemos ser umas às outras, assim como a vontade de mudança que existe em todas nós.

Agradeço à Profa. Inês Vitorino, orientadora deste projeto que exerceu muito além das funções acadêmicas, levando o desenvolvimento deste trabalho sempre com muita compreensão, disponibilidade e amparo; colaborando para que o processo fosse enriquecedor e prazeroso dentro da real motivação de levar apoio em torno da temática.

Ao Prof. Gustavo Pinheiro, que colaborou na orientação do projeto com ideias, sensibilidade e um olhar técnico, possibilitando que todo o material desenvolvido pudesse ser finalizado da melhor maneira.

Aos colegas do Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (LabGRIM), que contribuíram com ideias e soluções, ao longo de todo o desenvolvimento da proposta, trazendo perspectivas diversas, sobretudo no que diz respeito à adequação do material para o público infantojuvenil.

À Profa. Andrea Pinheiro, que contribuiu com a ideia do título “Comigo, Contigo, Com Todas”; à Profa. Silvia Belmino, pela ajuda e motivação nas primeiras idealizações do projeto; e às professoras componentes da banca avaliadora, Glícia Maria Pontes Bezerra e Alécia Carvalho Brasil, que se disponibilizaram em analisar e contribuir com o melhoramento do projeto.

Agradeço também pelas diversas colaborações de colegas, familiares e amigos que, através de um olhar sensível e empático, colaboraram para que o tema da violência contra a mulher e da culpabilização fossem abordados da forma mais respeitosa e plural possível.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo a construção de um livro que, por meio do enfoque em ilustrações, irá abordar a culpabilização da vítima em casos de violência contra a mulher. A proposta foi a de elaborar um material que conversasse com o público infantojuvenil, visando a promover empatia, reconhecimento e empoderamento às meninas dessa faixa etária. O uso do recurso da ilustração, em conjunto com o desenvolvimento dos conceitos de violência, ao longo das narrativas, teve como objetivo retratar as seis formas de violência contra a mulher (categorizadas pela Organização Mundial da Saúde, 2002), em três perspectivas: a do reconhecimento da condição da vítima diante a violência sofrida; a do autoconhecimento da vítima em relação a situação em que se encontra; e o empoderamento da vítima no processo de libertação da noção de culpa que a situação lhe trazia. Com este propósito, o livro aborda a temática da violência por meio de uma linguagem que se pretende próxima e acolhedora, através de relatos pessoais. Tais relatos expõem como a violência atinge e prejudica as mulheres, provocam uma reflexão sobre como a culpabilização naturaliza e contribui para a manutenção desse tipo de violência, além de criar, através de uma linguagem poética, a sensação de empatia em torno do tema e da condição da vítima.

Palavras-chave: Livro; Ilustração; Infantojuvenil; culpabilização; Violência.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	08
1.2.	Trabalho Prático - O Livro	09
2.	JUSTIFICATIVA	12
3.	OBJETIVOS	13
3.1.	Objetivo Geral	13
3.2.	Objetivos Específicos	13
4.	REFERENCIAL	13
4.1.	Referencial Teórico	13
4.1.1.	<i>Como a Violência de Gênero é tratada no Brasil</i>	16
4.1.1.1.	<i>A Lei Nº 11.340, ou Lei Maria da Penha</i>	16
4.1.1.2.	<i>Feminicídio</i>	20
4.1.2.	<i>Culpabilização da Vítima</i>	20
4.2.	Referencial Prático e Estado da Arte	22
5.	METODOLOGIA	24
5.1.	Estrutura das Narrativas	27
5.2.	A Representação das Narrativas e o Discurso Poético	28
5.3.	O Livro: Tamanho e Forma	29
5.4.	Tipografia	29
5.5.	Paleta de Cores	30
5.6.	Ilustrações e Técnica	31
5.7.	O Uso de Flores	32
5.8.	Outros Simbolismos	33
5.9.	Título do Projeto	33
6.	Considerações Finais.....	34
	REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO:

O interesse em abordar a temática da culpa, presente nas situações de violência contra a mulher, surgiu como resposta ao recorrente contato com casos de violação dos princípios de igualdade e respeito garantidos a todos seres humanos. São acontecimentos diários, presentes nas grandes mídias, nos mais variados ciclos sociais, em relatos de conhecidos e em vivências pessoais, que causam desconforto, medo e inquietude diante de uma realidade que precisa ser criticada e combatida.

O contato e a participação em diversas interações ligadas ao movimento feminista, também contribuiu para uma melhor compreensão em torno dessa temática. Nesses contatos, além da partilha de relatos e de percepções comuns, conceitos relacionados às questões de gênero e à temática feminista costumam ser apresentados e desenvolvidos. São discussões sobre as questões que giram em torno da violência de gênero, direitos e garantias da mulheres, machismo, patriarcado, dentre outras variantes que geram impacto em nossa estrutura social, onde a violência contra a mulher é tão presente e naturalizada, como teremos a oportunidade de detalhar mais a frente. Apesar das lutas dos movimentos feministas, vale salientar que ainda é possível encontrar dificuldade no reconhecimento desse problema em amplos segmentos sociais, o que alerta o quanto urgente e necessária é a sua abordagem.

É inquestionável que cada vez mais o debate sobre esse tema tem ganho espaço e visibilidade. No entanto, muitas vezes, a tematização das situações de violência ainda é levada a público de forma deturpada e descontextualizada, contribuindo para manter posturas conservadoras que atribuem às próprias vítimas a responsabilidade da violência cometida. Não é incomum que o peso da "culpa" seja colocado, de forma implícita, sobre a vítima, o que pode acontecer até mesmo na própria forma como o acontecimento é narrado. Outras vezes, a informação é transmitida de forma a isentar o autor do ato de violência ou banalizar o ocorrido, naturalizando o sofrimento e o desrespeito à mulher envolvida na situação.

Todos os dias, em toda faixa etária e em toda classe social, mulheres são submetidas a alguma forma de violência. Em todos esses casos, o medo do julgamento e da culpa faz parte do sofrimento da vítima. Desta forma, abordar a temática da culpabilização,

ligada à violência contra a mulher, aparece como uma possibilidade de colaborar com o enfrentamento de uma realidade que traz prejuízos a todas as esferas da sua vida. Enfrentar este tema é para nós exercer um papel consciente dentro da nossa sociedade, procurando construir um ambiente mais justo e igualitário para todos e todas. Falar sobre a culpabilização da vítima significa desnaturalizar referências negativas que estão entranhadas da forma mais cruel em nossa cultura. Tratar disso com crianças e jovens é então, uma forma de educar e construir o almejado cenário de uma sociedade consciente, justa e empática.

1.2 Trabalho Prático - O Livro

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de uma atividade anterior que procurava, através de ilustrações (Figura 1), alertar de forma ampla e abrangente os casos de culpabilização relacionados aos atos de violência contra a mulher. Essa atividade teve o amparo em dados e estatísticas referentes ao assunto para salientar como a culpabilização, além de infundada, também dificulta o combate e a erradicação desse tipo de violência.

O trabalho foi realizado durante a disciplina anual de Introdução ao Design, ministrada na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP), no primeiro semestre de 2017. Nela, os alunos tiveram de produzir uma série de projetos que trabalhavam áreas diferentes do design, como embalagens de produtos, uso de tipografias, capas de livros, posters inspirados na estética de outros designers, dentre outras atividades que desenvolviam de forma variada as habilidades e técnicas dos alunos.

A atividade final dessa disciplina foi a de desenvolver um objeto em torno de uma causa, com temática livre e de escolha do estudante. Foi nessa proposta que surgiu o interesse em desenvolver uma série de ilustrações que iriam abordar a culpabilização em torno da violência contra mulher. O projeto foi idealizado como uma campanha que seria veiculada através de intervenções urbanas, por meio de lambes.

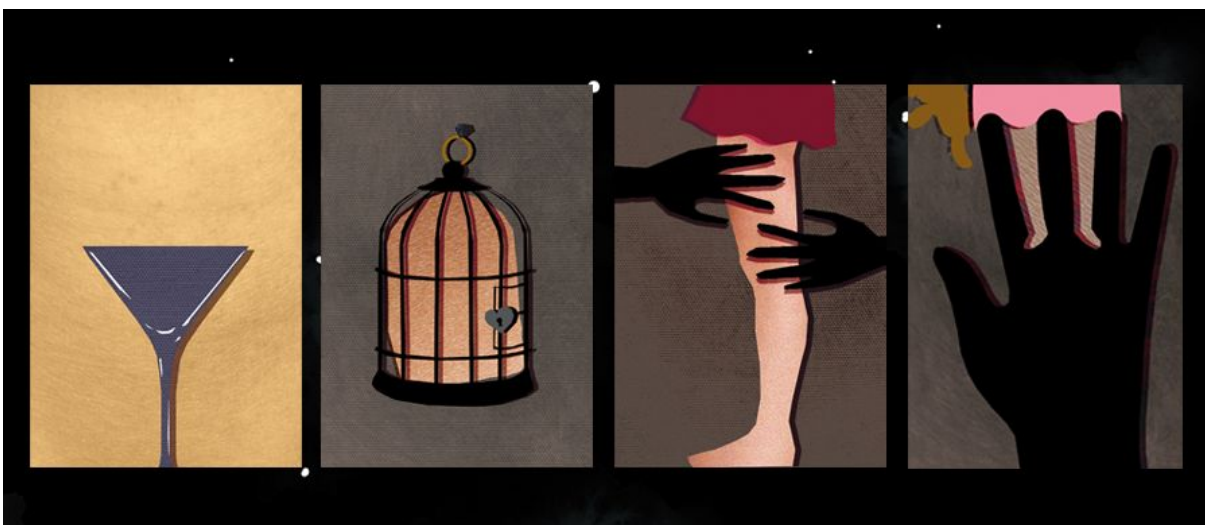


Figura 1: Ilustrações utilizadas no projeto inspirador do TCC (Fonte: B. Borges Nojosa)

Dentro dos possíveis recursos a serem utilizados para abordar a temática da violência e da culpabilização da mulher com o público infantojuvenil, a utilização do uso de pequenas narrativas com o enfoque em ilustrações em um formato de livro se apresentou como uma opção, que avaliamos como adequada.

A arte tem, implícita à sua existência, a função de provocar reflexões e estimular o pensamento crítico em torno das questões que aborda. No campo da arte, a ilustração se apresenta como uma possibilidade de desenvolver uma questão pessoal, através de um recurso gráfico, e, assim, propor uma perspectiva para apresentar e interpretar um fenômeno através de um recorte poético.

Esse recurso foi escolhido como ponto central do projeto por permitir expor, de forma instigante, um tema complexo que requer uma maior imersão por parte do leitor. É uma maneira de estimular a interpretação das informações dispostas nas ilustrações, estimulando um olhar crítico e abrangente.

Para contextualizar e sinalizar o ponto de vista com base no qual as ilustrações foram desenvolvidas, dados e conceitos breves anunciam o conteúdo que será trabalhado na narrativa e em suas ilustrações. Dessa forma, o leitor é convidado a interpretar a história contada com um olhar direcionado para o tema.

Cada narrativa irá representar uma das seis formas de violência contra a mulher, mostrando como essas atuam no seu cotidiano associadas, frequentemente, a um processo de culpabilização de quem sofre a violência. Nesse aspecto, a ilustração aparece como uma

solução para expor uma temática tão dura através de um olhar sensível, que comove, ao retratar e enriquecer as narrativas, expondo metaforicamente a situação de dor e sofrimento, utilizando o lúdico para desenvolver essa temática de forma impactante para um público mais jovem.

A palavra Lúdico tem sua origem do latim “ludus”, que sugere ações de entretenimento, como jogo e divertimento. No projeto, ele irá atuar como um recurso que estimula e leva entusiasmo ao leitor em desvendar e compreender a mensagem, naturalizando o processo de imersão e aprendizado do que é retratado no livro. Ao abordar a temática dessa forma, o projeto também busca desenvolver um caráter didático que apresenta o seu conteúdo de forma atraente e criativa.

Desta forma, o lúdico trabalha como uma ferramenta pedagógica que, através das ilustrações e simbologias de signos, conversa com a percepção do leitor e o instiga a desenvolver a narrativa, explorando diferentes estímulos que envolvem e contribuem para o interesse do assunto, incentivando o processo cognitivo de forma natural.

Na perspectiva de Johan Huizinga (2008), o historiador holandês que estudou o lúdico como uma ferramenta cultural, o ludus abrange os jogos recreativos, as competições, o entretenimento e as representações artísticas. Essa análise reflete em uma compreensão mais ampla sobre o que podemos entender como lúdico, desvinculando-o da necessidade de remeter a algo infantil ou alegre. Essa faceta do lúdico é trabalhada no livro, onde o interesse gerado através da decodificação da imagem, em conjunto dos seus significados assimilados ao texto, não resultam em espontaneidade e alegria, mas em um interesse fluido em decifrar a mensagem através das próprias percepções.

Trabalhar esse tema amparado em um livro com essa perspectiva se mostra uma solução capaz de viabilizar nossa pretensão de propor às pessoas um questionamento a toda forma de violência contra a mulher, reforçada, quase sempre, por processos de culpabilização da vítima. Buscamos, assim, assumir um tom e um contato mais intimistas, de modo a inserir o leitor cuidadosamente nesta reflexão, primando pela associação entre uma estética lúdica com a qualidade da informação nele inserida. Dessa forma, o livro ilustrado tem potencial para se tornar uma estratégia de comunicação eficiente para promover compreensão, reconhecimento, empatia e motivação; posicionando o leitor como um sujeito participativo.

2. JUSTIFICATIVA:

Em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS), considerou a violência contra a mulher um problema de saúde pública. Isso por conta da elevada frequência com que este tipo de violência ocorre e pelas forma que impacta a vida da mulher em todas as esferas (familiar, econômica, de saúde, social etc.), e pelos gastos públicos que acarreta, especialmente no campo da saúde pública.

Falar sobre a violência contra a mulher e a culpabilização da vítima nela presente, é dar voz às mulheres que se sentem incapazes de expor e denunciar as agressões pelas quais foram e são submetidas diariamente; é enfatizar que este tipo de conduta, de desrespeito a um ser humano, é errada e inadmissível; é reconhecer que temos um grave problema na nossa estrutura social, que precisa ser erradicado nas esferas pública e privada. Para isso, precisamos debater com crianças, jovens e adultos a violência e o desrespeito que atingem as mulheres, abordando o machismo, o patriarcado e as formas por meio das quais a desigualdade de gênero gera prejuízos à nossa sociedade. Falar sobre culpabilização e violência contra a mulher, como indicado na introdução deste relatório, é desnaturalizar uma série de práticas danosas às mulheres e, dessa forma, é um passo importante para prevenir e acabar com tais tipos de violência.

Um livro que expõe o tema de violência contra as mulheres e questiona a culpabilização delas numa comunicação voltada para o público infanto-juvenil, que se inicia em seus primeiros contatos com a temática de gênero, é uma forma de envolver homens e mulheres em uma reflexão que estimula a desconstrução de uma cultura que, estruturalmente, oprime, propicia e, muitas vezes, legitima a violência contra minorias.

O uso de ilustrações, para esse fim, também se justifica pela possibilidade que oferece de abordar esse tema duro e difícil, numa linguagem mais poética, mais adequada e sensível para estabelecer essa comunicação com público que pretendemos dialogar.

3. OBJETIVOS:

3.1. Objetivo Geral

Produzir um livro no qual a violência contra a mulher e a noção de "culpabilização" que sobre ela recai, seja problematizada, em uma linguagem apropriada para o público infantojuvenil.

3.2. Objetivos Específicos:

- Apresentar, neste livro, os diversos tipos de violência contra a mulher;
- Criar narrativas verbais e visuais para o livro proposto, através de textos e ilustrações, que sensibilizem e instiguem a reflexão sobre o tema em questão;
- Informar ao leitor do livro sobre índices e situações de violência contra a mulher, numa linguagem acessível;
- Contribuir para empoderar meninas em torno da sua condição como mulheres.
- Combater a violência contra a mulher e a culpabilização gerada sobre as vítimas.

4. REFERENCIAL

4.1. Referencial Teórico:

Neste TCC, as referências principais utilizadas para guiar o projeto em seus conceitos teóricos e na forma de enfrentamento da violência contra a mulher foram a Lei No. 11.340 (Lei Maria da Penha) e a Lei No. 13.104 (Lei do Feminicídio).

Em complemento a essas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e seus projetos e cartilhas desenvolvidos a partir de colaborações também serviram de amparo ao projeto. Dentre essas instituições parceiras, pode-se destacar as Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização das Nações Unidas - Mulheres (ONU Mulheres), que ajudaram a desenvolver os materiais instrutivos que ajudaram a abordar o tema.

Abordar o conceito de violência contra a mulher e da culpabilização da vítima em uma perspectiva jurídica, implica tratar o tema na forma como ele é regulado e reconhecido em nossa sociedade, ou seja, como os direitos das mulheres são preservados e como se prevê que o enfrentamento das diversas formas de violência contra elas seja exercido. Essa

perspectiva também ajudou a pensar o projeto no âmbito da realidade brasileira na qual nossas mulheres estão inseridas. Nessa linha, a Lei No. 13.104 (Lei do Feminicídio) também colaborou para o entendimento de como a violência contra a mulher é reconhecida e tratada, em casos de agressão extrema.

Num espectro mais amplo e global, a OMS e seus projetos em colaboração com outras instituições, principalmente a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), foram fundamentais como referências de abordagens mais empáticas e sensíveis sobre o tema, contribuindo também para ampliar a percepção de como diferentes formas de violência contra a mulher se apresentam em todo o mundo, influenciadas pelas culturas nas quais se inserem.

Inicialmente, é preciso observar a violência como um conceito relativamente aberto a múltiplas interpretações. Vale ressaltar, contudo, a existência de um consenso geral, que a designa como um ato que leva algum dano a quem o sofre. A Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu uma cartilha onde conceitua e aborda a violência em várias perspectivas. Uma delas, conceituada por Etienne G. Krug, o médico belga que dedica seus estudos à prevenção da violência, a entende da seguinte forma:

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

Esse conceito, anunciado no material divulgado pela OMS (2002), que aborda o que é violência, suas formas, possíveis danos e impactos nos âmbitos público e privado; ou ainda nas esferas social, política, cultural e econômica. As formas da violência contra a mulher que foram abordadas ao longo do desenvolvimento do projeto do livro são as seis violências reconhecidas pela OMS no relatório acima referido, sendo elas: violência física, violência sexual, violência moral, violência verbal, violência psicológica e violência patrimonial. Essas diversas formas de violência serão apresentadas e desenvolvidas considerando suas interconexões, já que não costumam ocorrer de forma isolada.

O conceito de violência, abordado aqui, tem por base a própria palavra, que tem sua origem no Latim “*violentia*”, que remete a algo abrupto, veemente, e também se associa ao termo “*violação*” (*violare*). Sendo assim, violência seria um ato que, através da

agressividade, ameaça ou provoca algum dano físico, psicológico ou moral. A violência se apresenta como um problema social e pode estar presente em todos espaços, em todas as épocas. Em suas maiores variações ela é identificada como violência contra a mulher, contra crianças, idosos, sexual, urbana, doméstica, dentre outros. Falando de direitos básicos, a violência também interfere de forma negativa em todos eles, no que diz respeito aos direitos civis, sociais, econômicos, culturais e políticos. Os prejuízos causados às mulheres que sofrem agressões vão além dos gastos para tratar ou reverter algum prejuízo à saúde, refletindo também nas formas de interação social, na possibilidade em conseguir exercer alguma atividade econômica e etc.

Em 2016, o Ipece (Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará) desenvolveu a Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar que, através da amostragem de 10.000 mulheres, de nove capitais nordestinas, conseguiu quantificar os danos acarretados por essas violências. Os dados recolhidos pela pesquisa apontam que, em média, mulheres que sofrem violência doméstica faltam o trabalho 18 dias por ano (em consequência dessas agressões), e tendem a ficar menos tempo nas funções que exercem. Essa mesma pesquisa também revela que o Brasil chega a ter, no mercado de trabalho, um prejuízo próximo a R\$ 1 bilhão por ano.

Tendo por base esta ideia maior sobre como a violência afeta as várias esferas da vida da vítima, é possível destrinchá-la e aprofundá-la de acordo com seu contexto e forma de atuação. Dentro, está presente a violência cultural, que explica como a violência anda associada à nossa forma de pensar, sentir e agir, mostrando assim como ela é naturalizada em certas situações e em certos grupos sociais, associados a determinadas minorias:

“Não é a violência que cria a cultura, mas é a cultura que define o que é violência. Ela é que vai aceitar violências em maior ou menor grau a depender do ponto em que nós estejamos enquanto sociedade humana, do ponto de compreensão do que seja a prática violenta ou não.” (SANEMATSU *et al.*, 2015).

Historicamente as mulheres têm sido submetidas à violência em nosso país. Trata-se de algo enraizado na estrutura social brasileira e está vinculada ao modelo patriarcal adotado para reger nossas interações uns com os outros. A culpabilização da vítima, nesses casos de violência contra as mulheres, também deriva dessa estrutura machista que julga e

inferioriza as mulheres. A violência contra a mulher é algo que humilha, fere, mata e desrespeita os direitos das mulheres (como cidadãs e seres humanos).

Esse tipo de violência que se ampara na condição da mulher é a violência de gênero, que designa os danos ocasionados com as mulheres (na perspectiva em questão) devido a desigualdade de gênero. Ela está em tudo aquilo que diminuiu e desrespeita a condição da mulher pelo simples fato de ser mulher. Pode ser reconhecida em uma piada machista, em uma referência que generaliza e menospreza, em formas de discriminação, em um ato de feminicídio, estupro, ou qualquer ação que conta com a impunidade pela condição do gênero da vítima.

Neste trabalho, gênero será entendido não só a partir do conceito de categorização, por meio da distinção de sexos, mas também, em uma sua perspectiva de percepção e influência em nossos comportamentos sociais.

Esta forma de violência aparece em nossa sociedade de diversas formas. Ela se faz presente na forma de abusos físicos, mentais e psicológicos. Apresenta-se em formas tão veladas e, por vezes, naturalizadas que sequer são reconhecidas como violência, mesmo com a existência de danos às vítimas. Enraizada nas pequenas coisas, a violência de gênero engloba a violência contra a mulher, que também sofre as consequências da nossa estrutura social e dos nossos padrões de comportamento. Ela é, com frequência, banalizada e reforçada em uma série de práticas culturais, tradições, interações e, conseqüentemente, na forma como nos comunicamos. Dessa forma, representa um padrão de comportamento que também tem seu reforço nas corporações midiáticas, por meio da disseminação de estereótipos e comportamentos ligados ao gênero; à naturalização de diversos tipos de violência e à culpabilização - velada ou explícita - das vítimas nas narrativas sobre casos de violência contra a mulher.

4.1.1. Como a violência de gênero é tratada no Brasil

4.1.1.1. A LEI 11340 - Lei Maria da Penha

A Lei de Nº 11.340, ou Lei Maria da Penha, recebe esse nome em homenagem à própria Maria da Penha Maia Fernandes, a farmacêutica que por duas vezes sobreviveu à tentativa de homicídio, ambas provocadas pelo seu próprio marido. Maria da Penha ficou

paraplégica e só viu seu agressor ser julgado e preso 19 anos depois do acontecido. Sua pena deveria ter sido cumprida nos anos de 2002 à 2008; no entanto, ele foi solto dois anos após seu julgamento, estando em liberdade até os dias de hoje.

Ela aparece como uma forma de punir, coagir e evitar a violência contra a mulher no âmbito doméstico. O propósito da lei é o de considerar a existência de situações nas quais a mulher sofre agressões constantes que implicam a restrição de vários de seus direitos, tais como o direito à liberdade e à livre expressão de suas ideias. Dessa forma, a Lei Maria da Penha aparece como um reforço para garantir a integridade da mulher e de seus direitos.

Quando foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entrando em vigor no dia 21 de setembro de 2006, foi bastante criticada por quem alegava inconstitucionalidade por, supostamente, ferir o princípio de igualdade entre homens e mulheres. Essa tese foi vencida e superada tanto no STF quanto no STJ, que enxerga o princípio da igualdade dentro de uma perspectiva histórica e social, e leva em consideração as diferenças empíricas que existem entre as pessoas, que faz com que homens e mulheres não sejam vítimas de violência doméstica na mesma proporção, aparecendo como uma medida que procura resguardar a condição da mulher e minimizar essa desigualdade.

Homens são responsáveis por 95% dos homicídios no mundo (Pesquisa sobre homicídios realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC; 2014). Portanto, são os principais agentes pela reprodução da violência e por suas consequências, o que torna justa e necessária a existência de uma lei que assegure amparo às mulheres que vivenciam esse tipo de situação.

A Lei Maria da Penha não prevê crimes, ela incide como um agravante, nos casos em que a violência contra a mulher ocorre, orientando como os crimes (que já são previstos no código penal) serão julgados, tornando a pena mais severa e trazendo uma nova perspectiva para o julgamento desse tipo de caso.

Garantir e zelar pelo cumprimento dos direitos das mulheres é uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre o poder público, a família e a sociedade. É uma cooperação que deve existir com o intuito de resguardar a vítima em situações de opressão, negligência, discriminação, exploração e/ou violência. É uma medida para proteger e assegurar esses direitos que por vezes não são sequer reconhecidos.

“Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos

fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe assegurada as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social". (Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006, Art. 2)

Para que a lei Maria da Penha seja aplicada, o sujeito passivo precisa ser uma mulher, independente de quem seja o agressor. A lei também só pode ser aplicada quando a mulher se encontra em uma situação de vulnerabilidade. O agressor também não precisa ser companheiro ou estar, necessariamente, em um relacionamento afetivo com a vítima para que a lei seja aplicada. Outra condição, relacionada à agressão, é a de que deve ser baseada no gênero, pela condição de vulnerabilidade da mulher na situação de violência sofrida. A agressão também precisa ser classificada como uma ação cometida de forma intencional, justamente por se referir à condição de gênero.

Ainda segundo a Lei No. 11.340, presente na Constituição Federal, "é considerada violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".

Existem também algumas restrições em relação ao âmbito em que a violência ocorre. A agressão que não estiver dentro dos contornos e situações estabelecidas na lei, não podem ser contempladas por ela. Esse é um aspecto que dificulta que o combate à violência contra a mulher possa ser realizado de forma plena. Neste aspecto, a lei ainda é incompleta já que é omissa, por exemplo em relação à violência verbal, não contemplada pela lei Maria da Penha e que costuma ocorrer em espaços públicos, até mesmo por pessoas sem vínculo algum com a vítima.

Mesmo assim, a nossa legislação reconhece que a violência também deve ser combatida e coagida em outros espaços comuns da sociedade. Neste caso, a lei abrange situações que ocorrem dentro de uma unidade doméstica, com ou sem vínculo familiar. Neste caso, compreende-se como unidade doméstica o espaço comum e de convívio permanente entre o autor da agressão e a vítima.

Os casos em que há algum laço familiar, que compromete a dependência de coabitação pelos envolvidos, também são situações amparadas pela lei. O mesmo princípio se aplica à violência contra a mulher, na qual o agressor possui uma relação íntima de afeto com a vítima, sem ser necessária essa mesma dependência de coabitação.

Porém, vale ressaltar que as formas de violência também se atualizam com o surgimento de novos comportamentos e advenços que integram as nossas relações sociais. Essas alterações são levadas em consideração para adaptar e aplicar a lei Maria da Penha a um caso específico.

Pelo exposto até aqui, observamos que a violência contra a mulher se apresenta de várias maneiras e todas implicam danos às vítimas. Portanto, elas são igualmente problemáticas e devem ser combatidas. Com embasamento nas convenções internacionais e instrumentos legais mencionados, as formas de violência serão reconhecidas neste trabalho orientadas pelas seguintes perspectivas:

- **Violência Verbal** - Aparece na forma de ameaças, xingamentos ou palavras e simbologias que, de alguma forma, causam algum mal, injúria ou deixam a vítima coagida. No livro, por exemplo, ela é retratada por meio do assédio em espaços públicos (no caso, na rua), que se insere no âmbito dessa violência por coagir, envergonhar e representar uma ameaça para a vítima.
- **Violência Patrimonial** - Age através da retenção, subtração, destruição (parcial ou completa) dos bens de valores da vítima, assim como de seus recursos econômicos e instrumentos de trabalho. Também classifica a privação do desenvolvimento pleno da vítima, privando-a de sua autonomia (nos campos pessoal e profissional).
- **Violência Sexual** - Qualquer conduta que faça a vítima presenciar, manter ou participar de uma interação com conotação sexual, de forma não consentida. Pode se estabelecer através de ameaça, intimidação, uso da força, ou pelo oportunismo em uma situação que a vítima não tenha como manifestar consentimento. Também aparece em qualquer atitude que impeça a vítima de ter plena escolha a respeito da sua saúde reprodutiva e comportamento sexual. Trata-se do exercício de uma relação de superioridade, que se impõe sob a condição da vítima.
- **Violência Psicológica** - É qualquer conduta realizada de forma intencional, que causa alguma forma de prejuízo à saúde psicológica da vítima, assim como algum dano emocional, diminuição da auto-estima, influência que prejudica sua autonomia, chantagem, controle de ações, comportamentos e decisões.
- **Violência Moral** - É qualquer conduta que promova calúnia, difamação ou injúria sobre a vítima. Quando ocorre no âmbito da violência contra a mulher, ela também é

categorizada como violência psicológica, amparando-se na diminuição e descredibilização da figura da mulher, em virtude a sua condição de mulher.

- **Violência Física** - É a ação ou a conduta que ofende e/ou afeta a integridade e a saúde corporal da vítima. É uma violência mais fácil de ser identificada, por deixar marcas explícitas e por se desenvolver através de ações concretas. Isto não significa que seja mais fácil para a vítima se desvincular desse tipo de situação. Trata-se de um tipo de violência em que as agressões incluem desde lesões ao feminicídio.

4.1.1.2. Feminicídio

A lei No. 13.104 (Lei do Feminicídio), sancionada em 2015, surgiu com o intuito de proteger as mulheres frente ao excesso de violência e crimes hediondos (crimes graves por serem muito violentos). Ela age sobre os crimes de assassinatos, motivados pela condição de ser mulher, buscando proteger esse grupo de agressões físicas relacionadas ao gênero, independente do âmbito doméstico.

Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013):

“O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante”. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013).

A justificativa para existência dessa lei se ampara em dados de violência de gênero na nossa realidade: no Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas; dentro dessa estatística, 21% das mortes foram causadas por feminicídio (levantamento realizado pelo G1, 2017).

4.1.2. Culpabilização da Vítima

A culpabilização é o ato de diminuir a vítima ao empregar culpa e responsabilidade pelo acontecido com ela. Em seu conceito jurídico, seria o ato de atribuir censura e reprovação a alguém que tenha cometido algo ilícito. Porém, quando olha-se em um

contexto social, o termo adere ao pensamento de atribuir à vítima, de forma injusta e irracional, a culpa por algo sofrido por ela, que fugiu do seu controle. Além disso, a culpabilização também pode ser promovida como um ato que justifica e banaliza uma desigualdade, atribuindo defeitos às suas vítimas, em um malabarismo moral que busca, de forma descontextualizada, responsabilizar, individualmente, as próprias vítimas. pelo ocorrido. É a reiteração da ideia falsa de que a violência é cometida por falta de cuidados da vítima, que termina por funcionar como uma justificativa para explicar o acontecido.

Em 1971, o pesquisador e escritor William Ryan desenvolveu o conceito de culpabilização da vítima em uma escala social, ao trabalhar a pobreza e desigualdades sociais em minorias étnicas nos EUA (Ryan, 1971). O termo foi desenvolvido, desde então, para atribuir outros significados de injustiças, em diferentes contextos de vítimas.

Em 2014, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) chocou a sociedade brasileira e chamou atenção para o tema. Nela, 58,5% dos entrevistados concordavam com a afirmação de que: “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014, p. 01). Nessa mesma pesquisa, 26% da população concorda que: “Mulheres que usam roupas curtas merecem ser estupradas” (IPEA, 2014, p.22). A pesquisa desenvolvida pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social aponta como a visão hegemônica da nossa sociedade ainda é marcada por um pensamento patriarcal.

Um levantamento do Data Senado de 2017 mostrou que 27% das vítimas ainda sofrem caladas e não têm coragem de denunciar seus agressores. Precisamos refletir o porquê é tão difícil para as vítimas denunciarem as violências que sofreram. Neste TCC, podemos identificar a culpabilização como um desses fatores. O medo que a vítima sente também tem o peso dos julgamentos que elas podem vir a sofrer, o risco de que venha a ser "desmoralizada", com todos os argumentos já conhecidos que podem ser usados contra ela, o que aumenta ainda mais a dor de quem passa por esse tipo de violência.

A culpabilização contribui com o medo das vítimas de denunciarem situações abusivas. Promovem o silêncio e inibem a denúncia de muitos casos. O silêncio, cuja exposição pública poderia servir como um instrumento de denúncia, torna mais difícil o enfrentamento e a erradicação das práticas abusivas. Falar sobre a culpabilização é, então, uma forma de combater a violência de gênero. Entender que a vítima não é culpada dos atos

de violência contra a mulher e seus danos, que ninguém escolhe ou pede para estar em uma situação abusiva dessa natureza, faz parte da desconstrução do machismo.

Comportamentos de opressão não devem, portanto, ser naturalizados, muito menos justificados ao fim de privar a vítima de se portar ou conviver em sociedade. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) realizada em 2012 e divulgada pelo IBGE, 70% das violências sofridas pelas mulheres são cometidas por pessoas próximas à vítima. Dessa forma, julgar ou culpar o espaço, o comportamento a companhia ou a falta dela, é dizer que a vítima teria que se privar dos seus ciclos mais próximos, inclusive familiar, o que seria impossível e equivocado.

O que a sociedade precisa fazer é ensinar o respeito às mulheres, independente das condições nas quais se encontram, e ajudá-las a enfrentar e superar as situações de desigualdade. Quando a culpabilização ocorre, a sociedade agride e provoca a revitimização dessa mulher, retirando a responsabilidade do agressor e da própria sociedade sobre a violência que continua a incidir diariamente sobre nós.

4.2. Referenciais Práticos e Estado da Arte:

Com a maior conscientização em torno das discussões de gênero e os prejuízos que a desigualdade ocasionada pela falta desta têm levado às minorias, muito tem sido produzido com o intuito de gerar discussão e chamar atenção para essa questão. Alguns referenciais que foram utilizados neste TCC são frutos de iniciativas, independentes, de coletivos que discutem feminismo, violência em geral, patriarcado e desigualdade entre minorias. São soluções criativas que criticam e abordam os temas referidos de forma ampla e numa perspectiva crítica.

Nessa linha, uma iniciativa que uniu design e criação com a temática de respeito às mulheres em lugares públicos foi a “#meucorponãoépúblico”, criada por Agatha Kim para promover a criação e distribuição de cartazes em transportes públicos. As intervenções foram produzidas, de forma colaborativa, com artistas de todo o Brasil, com o propósito de defender, garantir e reafirmar às mulheres o direito de serem respeitadas em qualquer espaço. A iniciativa foi criada a partir do caso de um homem que ejaculou em uma mulher em um transporte coletivo e, ao ser julgado, foi absolvido pelo juiz que concluiu que não houve constrangimento à vítima.

Os trabalhos desenvolvidos para esse projeto estão disponíveis para acesso e *download* na plataforma Tumblr: <<https://meu-corpo-nao-e-publico.tumblr.com/>> (Figura 2).



Figura 2: Posteres desenvolvidos no projeto “#meucorponãoépublico” (Fonte: <<https://meu-corpo-nao-e-publico.tumblr.com/>>).

A campanha institucional #HeForShe (eles por elas, em português), lançada pela ONU também inspirou o desenvolvimento do nosso projeto ao valorizar a informação e a colaboração como ferramentas para diminuir a desigualdade de gênero, criando discussões que coloca sobre todos a responsabilidade de se tornarem agentes transformadores. Essa campanha serve como inspiração pelo esforço por promover uma discussão ampla e abrangente, de forma a envolver homens e mulheres no processo de construção da igualdade de gênero. Vale salientar que a campanha também promoveu a criação de uma série de ilustrações em apoio ao respeito nas interações de gênero.

Já na definição de referência direta em termos de livro, em especial no processo de desenvolver e incrementar questões e vivências feministas numa narrativa que integra o uso de ilustrações e outros recursos gráficos, o livro “O Mundo de Aisha” (Figura 3) foi inspirador. Escrito por Ugo Bertotti (2015), o livro retrata três diferentes personagens mulheres do Iêmen, um país que mantém tradições conservadoras na sua relação com as mulheres. As personagens são desenvolvidas em três fases e situações diferentes da vida, onde ambas são cercadas e oprimidas por uma série de violências constantes implantadas

pela estrutura cultural e social de onde vivem. O livro se mostra inspirador ao retratar também a silenciosa e árdua revolução enfrentada por essas mulheres. A história é contada em quadrinhos e apresenta uma narrativa visual forte e impactante.



Figura 3: Imagem retirada do livro “O Mundo de Aisha” (Fonte: Bertotti, 2015).

5. METODOLOGIA:

O projeto foi realizado em duas fases: uma fase voltada para a pesquisa teórica e outra voltada para a parte prática do projeto, onde foram desenvolvidas as ilustrações que compuseram o livro. Essas duas fases foram desenvolvidas de forma simultânea. O desenvolvimento do projeto ocorreu de forma exploratória e descritiva, onde conceitos foram aprofundados na relação com o objeto de pesquisa. Procedemos a coleta de dados para contextualização do cenário abordado e realizamos um estudo de casos publicados nas mídias onde a violência contra a mulher apareceu, levando em consideração como eles foram tratados.

Após a coleta de dados secundários e o estudo e observação de casos distintos, houve a procura por relatos das vítimas, obtidos em documentários e reportagens. Nesses relatos foi possível observar como a violência e a culpabilização estavam presentes e como foi, para a vítima, passar por esse tipo de situação. Dessa forma, foi possível compreender

um pouco da vivência de algumas vítimas de violência, o que nos forneceu elementos para a criação de personas, uma maneira encontrada para levar mais empatia às mulheres vítimas de violência.

Os relatos e notícias utilizados para inspirar a criação dessas personas, foram selecionados a partir de casos veiculados nas mídias que repercutiram em grupos e páginas de discussão feministas. Os depoimentos das vítimas foram levados em questão para inspirar as narrativas, assim como a posição em que a vítima foi retratada. Essa seleção contribuiu para a construção do tom da narrativa, assim como os relatos serviram como fonte de inspiração para traduzir o sentimento e a dor que essas mulheres sentiram. Assim, o contato com os relatos das vivências das mulheres contribuiu para o desenvolvimento de um olhar mais sensível na elaboração das ilustrações.

As personas foram desenvolvidas com o intuito de amparar o processo de criação das narrativas e da representação das mulheres protagonistas em cada relato. Essa técnica também contribuiu para a representação de uma realidade mais fiel, ampla e abrangente; que considera além das impressões e estigmas de uma realidade particular.

O antropólogo e escritor canadense Erving Goffman, analisa nosso comportamento social como uma forma de representação de um eu idealizado, uma persona que busca transmitir determinada impressão para cada função que exerce em sua vida. Dentro disso, ele também irá desenvolver a forma que interpretamos e compreendemos a representação das pessoas nos nossos ciclos sociais, fazendo uma releitura de como percebemos o outro e a interpretação que temos da sua figura a partir dos nossos ideais. A partir disso, também entra em causa a expectativa criada em torno de um comportamento esperado, atribuídos a partir das impressões que temos do outro em determinada situação.

Quando feita de forma negativa, essa suposição é identificada como um estigma, um conjunto de características e pressupostos que categorizam uma pessoa (ou grupo). Ao ser identificada em determinada categoria, a pessoa passa a ter uma série de preceitos (reais ou não) que acompanham suas atitudes na visão dos demais, antecipando suposições no desenvolver de cada papel que ela venha a desempenhar nas diferentes esferas de sua vida social.

A partir dessa análise, foram implementadas técnicas para viabilizar a representação de personagens mulheres de forma mais ampla e real, ao fim de exercer uma comunicação mais abrangente, representativa e fiel à realidade de quem vive ou viveu essas violências.

Assim, personas foram criadas a partir de relatos, reportagens e acontecimentos verídicos, que serviram como elementos reais na produção de narrativas diversas, permitindo um olhar e uma abordagem mais amplos e humanizados.

Depois da imersão em relatos e da criação de personas, foram desenvolvidos roteiros de como a violência sofrida, por cada uma delas, poderia ser retratada. Neles, foram arquitetados os enredos das narrativas e as falas das personagens, construídas em primeira pessoa e transmitidas como vivências, a fim propiciar uma aproximação com o leitor.

Os roteiros também direcionaram a criação das ilustrações, com rascunhos e protótipos de como elas seriam. Nessa etapa, discutimos as técnicas e os recursos que comporiam as ilustrações, mesclando técnicas de desenhos digitais, uso de texturas e padrões. Nesse momento, também foram definidas a paleta de cores, a família tipográfica e a escolha e elaboração de recursos gráficos para a narrativa.



Figura 4: Rascunhos elaborados durante a criação das ilustrações (Fonte: B. Borges-Nojosa).

O desenvolvimento das ilustrações também acompanhou a pesquisa de relatos e a recolha de casos que inspiraram a criação das personas, juntamente com as situações que seriam trabalhadas nas narrativas.

O fato da representação das formas de violência terem sido construídas de maneira alternada, durante todo o processo, resultou no aprimoramento do efeito simbólico

desejado. A continuidade da pesquisa, durante o desenvolver de todo o processo também contribuiu para um resultado mais rico e eficiente em retratar e transmitir a mensagem.

Com a conclusão das seis narrativas, iniciamos a produção do livro em sí. Assim, elaboramos a identidade visual, os componentes gráficos, as ilustrações, a coleta e escolha de dados e a diagramação dos textos, dentro da estrutura e dimensões do livro. Tudo isso foi feito de forma a construir uma comunicação clara, didática e tocante, visando a criar empatia, reconhecimento, empoderamento e estimular uma reflexão nos leitores. Como já assinalado, o livro foi elaborado e direcionado ao público infantojuvenil, da faixa etária dos 15 aos 17 anos, de forma a conversar com jovens de ambos os gêneros. Esperamos, também, conseguir abordá-los de forma clara e atraente, já que estamos lidando com um público que tem os primeiros contatos com esse tipo de discussão.

5.1. Estrutura das narrativas

As seis narrativas são orientadas através do fundos trabalhados nelas, que levam unidade e às padronizam, tanto em uma perspectiva estética quanto em sua função. O intuito de desenvolver a violência retratada em três perspectivas e etapas está presente no desenvolvimento desse recurso, que se repete em todas as violências retratadas. Dessa forma, o fundo também faz com que a leitura e a compreensão da história contada seja feita de forma fluida e contínua.

O primeiro fundo trabalha texturas mais grosseiras e pesadas, remetendo a uma situação mais séria, onde o sofrimento da vítima é retratado. Essas texturas também remetem à cidade, ao urbano, à exposição no contato com o coletivo, onde parte a cultura da culpabilização.

O segundo fundo, trabalhado em páginas duplas (Figura 4), retrata o momento da interiorização e reconhecimento da vítima. É onde o processo de empoderamento da mulher começa, ao reconhecer a sua condição e se desenvolver dentro dela. Essa mensagem é intensificada através do fundo que remete o universo pessoal da vítima, com texturas de aquarelas que compõem o espaço mas também simbolizam as marcas de choro e fluidez dentro desse processo.

Por fim, o último fundo representa a etapa de empoderamento, onde a vítima tem sua condição reconhecida e aceita (para os outros e para si mesma). Esse efeito é

transmitido através do degradê da cor trabalhada na violência, sendo ele marcado e evidente em formas. A ideia é representar o processo de empoderamento na transição e libertação, onde a cor se desenvolve em etapas e passa da tonalidade mais escura (ligada aos fundos anteriores), a sua tonalidade mais clara, como uma transformação dentro do processo.

A partir do desenvolvimento do fundo ligado a evolução da narrativa, também foi possível a criação de um outro resultado na leitura do livro: cada história de violência pode ser vista de forma panorâmica, com seu desenvolvimento contínuo sem cortes. Essa característica contribui para uma leitura mais dinâmica do livro, que fica perceptível na leitura apesar do formato final ser em páginas.



Figura 5: Modelo de fundo criado para o projeto (Fonte: B. Borges-Nojosa).

5.2. A Representação das Narrativas e o Discurso Poético

O discurso poético e a utilização de metáforas no texto escrito e nas representações simbólicas ilustradas, complementam o universo lúdico e estimulam o processo de decodificação da mensagem, tornando-a mais dinâmica e menos entediante, o que é uma oportunidade para cativar o público infantojuvenil.

Esse tipo de linguagem também contribuiu para a promoção do diálogo em torno de uma realidade dura e inconveniente, o fazendo de forma direcionada e adequada ao público alvo, possibilitou que o tema da violência contra a mulher fosse tratado de forma amparadora, transmitindo amparo e empoderamento ao levar identificação às mulheres que se reconhecem como vítimas de alguma das violências tratadas no livro.

O tom poético da narrativa escrita também reforça a estética simbólica adotada nas ilustrações, unificando a mensagem que é transmitida e potencializando o seu efeito de

subjetividade, proposto durante todo o processo de compreensão da imagem e texto no livro. Transmitir a temática dessa forma também permite o incorporamento de novos significados ao que é representado, possibilitando uma nova forma de interação com o material a partir de vivências particulares do leitor, trabalhando a temática de forma mais abrangente.

5.3. O Livro: Tamanho e Forma

Por se tratar de um livro em que o foco é a ilustração e a continuidade da narrativa, o mesmo foi pensado em um formato grande, no tamanho de 25 cm por 25 cm, ao fim de levar destaque à riqueza de detalhes presentes nas ilustrações. Esse tamanho é propício por colaborar com a proposta de imersão no tema por meio do material produzido. O intuito é propiciar um momento de reflexão e compreensão referente à temática, ao conceito esclarecido, à narrativa desenvolvida e às vivências pessoais do leitor que, durante o momento de leitura deve conseguir fazer essas conexões.

Por isso, é um livro maior do que o tamanho padrão, que não segue as proporções indicadas para um livro de leitura prática durante o decorrer do dia, já que a proposta do material desenvolvido implica na interiorização e reflexão com aquilo que está sendo retratado.

As formas e adequações da proposta do projeto aos recursos da estrutura tradicional de um livro, aumentam e estimulam a percepção e compreensão da mensagem para além da narrativa. Nessa intenção, os ícones e a identidade visual do livro também foram aplicados e adaptados aos elementos estruturais de um livro, como folha de rosto, miolo, sumário e etc.

5.4. Tipografia

No que diz respeito à tipografia escolhida para compor o livro, foram selecionadas três famílias que conversassem com a proposta do projeto de remeter delicadeza, proximidade e descontração. Assim, foram escolhidas as seguintes famílias tipográficas: a Amatic SC, a Neoteric e a Nirmala UI. Essas são fontes distintas que contrastam entre si,

funcionando como uma solução para trabalhar, de diferentes formas e em diferentes momentos, o texto escrito no livro.

A Neoteric e a Nirmala são famílias tipográficas leves, sem serifa e neutras, o que as fazem ter uma boa legibilidade, sendo opções efetivas para compor grupos de textos maiores, onde são aplicadas nas páginas técnicas do livro (como folha de rosto, apresentação, agradecimentos e etc). No entanto, oferecem poucas variações de pesos, sendo trabalhadas de forma única no material. A escolha da fonte Neoteric surgiu também como uma boa opção para títulos, sendo ela quem compõe o título do livro. Já a escolha da fonte Nirmala aparece como uma solução para a falta de numeração da fonte Neoteric, sendo assim aplicada apenas na numeração dos textos técnicos do livro.

A outra tipografia escolhida para compor o livro, a Amatic SC, é uma fonte que busca simular a escrita humana em letras de fôrma. É também uma opção limitada, apresentando apenas a variação de letras maiúsculas e minúsculas. Por ser uma fonte com linhas tortas e com uma distribuição irregular em seu peso e dimensões, se torna uma fonte descontraída, trabalhando de forma harmônica ao ser combinada com as outras famílias selecionadas . A escolha da fonte Amatic também foi um recurso utilizado para aproximar a estrutura do livro à proposta do universo infantojuvenil.

Essa fonte se mostra uma alternativa interessante por complementar, de forma sutil, a narrativa junto às ilustrações. Por simular uma letra escrita, ela se mistura ao conceito do desenho, apresentando um menor contraste na percepção da escrita frente à ilustração. Assim, o resultado é de uma unidade mais sincronizada entre os elementos gráficos do livro e a comunicação do conceito.

5.5. Paleta de Cores

A cor escolhida para ser protagonista do material foi a cor laranja, por representar a prevenção e erradicação da violência contra a mulher. Essa simbologia é fruto da iniciativa internacional da Organização Mundial da Saúde chamada “Torne o Mundo Laranja”, onde a cor foi escolhida para promover a erradicação da violência contra a mulher.

Concomitante a isto, um conjunto de cores terracotas e cores opostas a estes tons foram designados para trabalhar, de forma harmônica, a representação de cada tipo de violência. A escolha de tons em terracotas acompanha e complementa a predominância da

cor laranja, além de desenvolver, no mesmo campo semântico, os objetos gráficos que representam flores, caules e folhas no decorrer de todo o livro. Desta forma, a utilização de tons terrosos busca enriquecer e dar amparo à ideia de vida, florescimento e renovação, recursos que buscam transmitir o empoderamento e a liberdade.

A utilização de uma paleta de cores ampla (Figura 5) e que trabalha sua predominância de forma alternada e pontual ao decorrer da narrativa, foi uma forma de categorizar o tema abordado. Ao mesmo tempo, a escolha de tons próximos e complementares contribui para uma unidade harmônica, quando pensada em um objeto único.

Essa alternância e variedade de cores também contribui para um resultado mais rico e atrativo em detalhes, além de permitir uma maior liberdade na elaboração das ilustrações.

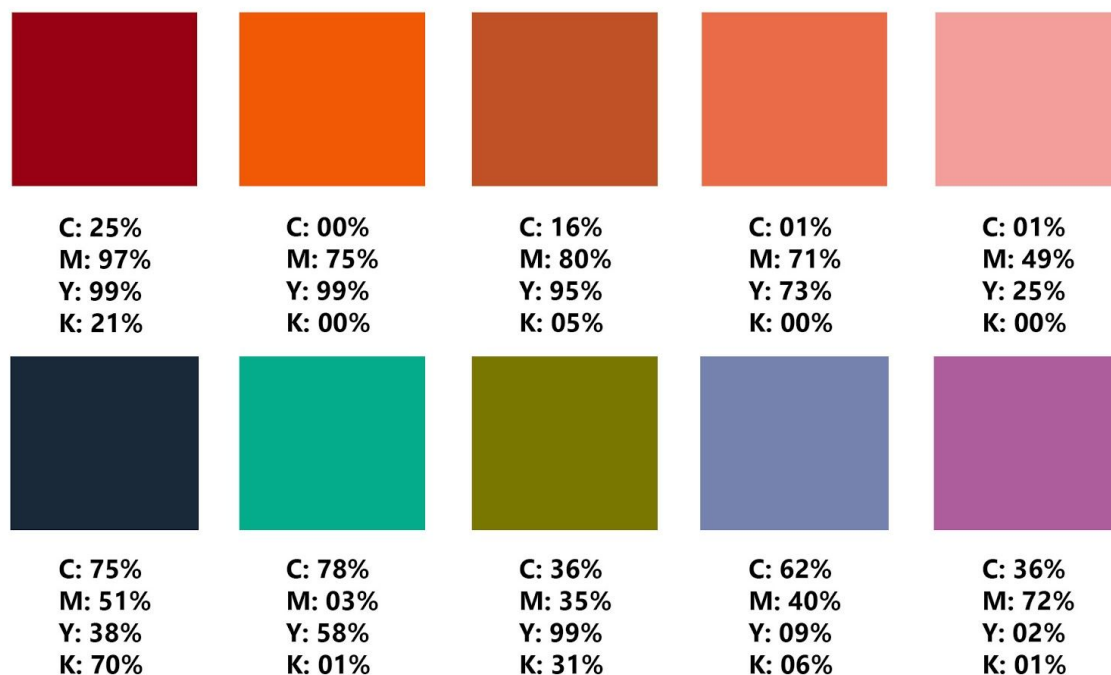


Figura 6: Paleta de cores utilizada no livro (Fonte: B. Borges-Nojosa).

5.6. Ilustração e Técnica

O uso de ilustrações no livro surge como uma forma de transcrever perspectivas críticas de forma suavizada, promovendo reflexões fortes em torno da situação da mulher de forma convidativa e sutil. Ela resume e complementa o contexto trabalhado no livro, com uma compreensão instigante e fluida.

Dentro do caráter crítico, ela também se mostra uma forma de abordar, por meio da imagem, um assunto que é constantemente invisibilizado. Isso o torna ainda mais interessante, por estimular a análise de algo que não é mostrado por se tratar de uma realidade inconveniente.

Cada ilustração acompanha e compõe uma narrativa que retrata uma das seis formas de violência e culpabilização abordadas no projeto. As situações retratam exemplificam quadros acerca de como essas formas de violência atuam sobre meninas e mulheres e, como a culpabilização piora o sentimento da vítima em torno do acontecido. Elas atuam também como forma de “potencializar” a inconformidade da revolta que algo tão injusto e banalizado suscita. As ilustrações utilizadas no livro (Figura 6) seguem um padrão visual semelhante, onde nelas se aplicam técnicas de sobreposição de texturas, iluminação e transição de cores ao desenho vetorial digital.

A princípio, a intenção foi a de abordar diferentes linguagens e traços visuais na composição das ilustrações de cada história, unindo complementos digitais aos desenhos manuais. No entanto, foi identificada uma grande dificuldade em repassar, com qualidade, os desenhos analógicos na composição do material digital. Dessa forma, o meio principal escolhido para a elaboração dos desenhos foi o digital, através das ferramentas adobe de Photoshop e Illustrator, onde material já era produzido dentro da qualidade esperada.

Dentro das limitações de uma identidade de traço, a produção de ilustrações em digital acabou por assumir um traço semelhante. Dessa forma uma identidade visual foi adotada na produção das ilustrações para o livro, onde foi adotada uma estética que une traços rígidos e pesados ao uso elaborado de detalhes, texturas e uma iluminação presente no uso de sombras e reflexos.

5.7. O Uso de Flores

O uso das flores foi uma simbologia utilizada para retratar os sentimentos das mulheres em torno das violências, assim como uma forma de evidenciar o desenvolvimento desses ao decorrer das narrativas.

O agrupamento e a propagação das flores ressalta a ideia de união de forças, da continuidade que o apoio entre as mulheres promove no enfrentamento à violência contra a mulher. Se trata de um sentimento que floresce em outros vários, crescendo e tomando

corpo em uma estrutura mais resistente, que expressa (em conjunto da figura da mulher) a sua luta por mudança.

As pétalas, os caules e as combinações das cores das flores foram criadas de forma intuitiva, com o objetivo de remeter ao tipo de sentimento presente na situação em que a personagem se encontra. Como por exemplo, o uso de cores escuras em pétalas e folhas pontiagudas, que trabalham o sentimento de dor e tristeza.

Em uma visão geral da nossa sociedade, as flores costumam ser atribuídas às mulheres por remeterem fragilidade e delicadeza. No livro, elas são retratadas como fortes, resistentes e plurais, onde se destacam pela forma como se multiplicam e conquistam espaço no desenvolvimento da narrativa.

5.8. Outros Simbolismos

Os ícones presentes no desenvolvimento do material, foram utilizados para resumir a perspectiva em que a violência é tratada em um símbolo. O uso de olhos está presente ao decorrer de todo o livro, de forma explícita ou abstrata. Seu uso busca transmitir a sensação de vigilância, observação e julgamento, remetendo a sensação que a culpabilização leva às vítimas.

O cadeado foi outro ícone utilizado, simbolizando a violência psicológica, ele retrata o aprisionamento da vítima dentro da situação de violência. Por mais que o cadeado tenha sido utilizado para resumir o relacionamento abusivo, o relacionamento que prende, ele também retrata o aprisionamento pela culpa e pelo medo.

Outro ícone utilizado, a boca com dentes acentuados que também apresenta em si a figura do olho, retrata a violência verbal através das ameaças e gritos, mas também, os julgamentos e as agressões presentes no discurso que propaga a desigualdade sobre as mulheres.

5.9. Título do Projeto

O título “Comigo, Contigo, Com todas” foi desenvolvido por meio da colaboração e interação com o Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (LabGRIM), onde um *Brainstorming* foi realizado com essa finalidade. O título retrata três momentos, o

que remete a ideia de etapas que foram desenvolvidas na construção de todas as narrativas presentes no trabalho. Ele também transmite a proximidade da fala da vítima, do relato pessoal que se abre para o coletivo, referente a ideia de que a violência contra a mulher atinge a todas, e que portanto, deve ser combatida através de apoio e união.



Figura 7: Modelo de ilustração utilizada no livro (Fonte: B. Borges-Nojosa).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A culpabilização aparece como um dos principais fatores para a omissão das vítimas (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público, 2016). Elas sabem que ao denunciarem o ocorrido também terão de enfrentar uma série de julgamentos morais vinculados aos estereótipos de gênero. A falta de informação atrelada a isso, atrapalha e impossibilita a padronização do que vem realmente acontecendo com as mulheres em nossa sociedade, dificultando a ação efetiva no combate dessas violências. A

impunidade, por vezes relacionada ao fato da culpa ser socialmente atribuída a outra pessoa que não o agressor, também acaba por estimular a recorrência da violência contra a mulher.

Os dados, os relatos e as vivências diárias compartilhadas pelas mulheres da nossa sociedade deixa claro que, parte da violência sofrida por estas está submetida à sua condição de mulher, de seu gênero. Mesmo assim, esse discurso e todo o sofrimento e consequências ocasionadas por ele ainda é deslegitimado por parte da população. Dessa forma, o projeto “Comigo, Contigo, Com todas” também busca promover o reconhecimento das questões de gênero, assim como a tolerância que ela exige.

A intenção de combater esse tipo de violência através da discussão em torno do tema, gera impacto e repercute a exposição de casos de violência contra a mulher, que são, muitas vezes, ainda naturalizados. A contribuição a este enfrentamento se faz por meio do resgate de conceitos pautados nos ideais de igualdade presentes em documentos internacionais da ONU e consolidados na legislação brasileira, assim como na criação de personas, narrativas e nas ilustrações criadas para o livro; integrando todos esses recursos num esforço por contribuir para conscientizar o público infantojuvenil sobre esse tema. O livro também age de forma a inibir posturas que reforçam a manutenção da violência contra a mulher, assim como a culpabilização da vítima nesses casos. A linguagem próxima e sensível também visa a contribuir para desenvolver empatia diante do sofrimento que essa situação acarreta.

Apesar de todas as injustiças e dores enfatizadas nesse projeto, também buscamos ressaltar sempre que a superação é um caminho possível em todos esses casos. Assim, buscamos retratar as condições de desigualdade, de modo a salientar a necessidade de mudanças. Para que elas existam, buscamos fortalecer a ideia do empoderamento e da possibilidade de resistência, ajuda, apoio como um estímulo para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

O uso de ilustrações no suporte de livro viabilizou a abordagem lúdica dessa temática extremamente forte, mas muito necessária, que é a da violência contra a mulher. O projeto “Comigo, Contigo, Com Todas” conseguiu retratar a dor e o sofrimento acarretados pela culpabilização, levando essa discussão de forma atrativa e eficiente para o público infantojuvenil, com quem nos propomos a dialogar.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Fernanda Bethânia Cardoso. Violência Sexual Contra a Mulher: Culpabilização da Vítima. Disponível em: <file:///C:/Users/beatrice/Downloads/Fernanda-Bethania-Cardoso-Dantas.pdf >. Acesso em 28 nov. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil registra 606 casos de violência doméstica e 164 estupros por dia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/brasil-registra-606-casos-de-violencia-domestica-e-164-estupros-por-dia.shtml>. Acesso em: 05 de novembro.2018.

GALVÃO, Raissa; BOLINA, Laís; SOUZA, Thiago; RALLO, Rafael. Guia para Criação de Personas. Empresa Rockcontent. Disponível em: <http://fejemg.org.br/conhecimento/wp-content/uploads/2017/10/O-Guia-para-cria%C3%A7%C3%A3o-de-Personas.pdf>. Acesso em: novembro.2018.

GOMES, R.; MINAYO, M.C.S; SILVA, C.F.R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. *In*: SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. (Org.). Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117-140.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf. Acesso em: 28 nov. 2017.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

POLITI, Cassio, 2018. O que é buyer persona? Disponível em: <<https://www.tracto.com.br/buyer-persona/>>. Acesso em: novembro.2018.

PORTAL BRASIL. Brasileiras lutam pela igualdade de direitos. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PORTO FONTOURA, Pedro Rui. Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise crítica e sistêmica. 3. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2014.

RAVELLE, Adele. Buyer Personas: How to Gain Insight into your Customer's Expectations, Align your Marketing Strategies, and Win More Business. Editora: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey. 2015.

FALKENBACH, A. P. O lúdico na visão do adulto: uma abordagem psicopedagógica. Revista Perfil, Porto Alegre: UFRGS, ano 1, n. 1, 1997.

HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 2008. LOPES, M. C. Comunicação e ludicidade na formação do cidadão.

RYAN, William. Blaming the Victim. New York: Pantheon. 1971. ISBN 978-0-85514-010-6.

SANEMATSU, Marisa; PRADO, Débora; BRANDINO, Géssica; ARAÚJO, Luciana; FERNANDES, Tainah. *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/termos-de-uso/>. Acessado em: novembro.2018

#MEUCORPONAOEPUBLICO. Pôsters em alta resolução pra você salvar, imprimir, colar no busão, no ponto, e na cara da sociedade. Disponível em: <<https://meu-corpo-nao-e-publico.tumblr.com/>>. Acessado em: 05 de dezembro de 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.
Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Presidência da República: Política Nacional de
Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

SOUZA, E.R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da
saúde. *Ciência e saúde coletiva*, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

UGO BERTOTTI, 2015. *O Mundo de Aisha*. Editora Nemo. 144 pp.